

O IMPÉRIO E O SISTEMA IMPERIALISTA DO CAPITAL

Lania Stefanoni FERREIRA¹

RESUMO: O artigo em questão pretende discutir o sentido e as novas configurações das relações existentes na ordem mundial e nas estruturas sociais que se formam no século XXI. Para isto examinaremos a atual condição do sistema capitalista e o papel que um “novo imperialismo” pode estar desempenhando; também analisaremos qual a posição e a função de países considerados de “primeiro mundo” e o lugar que os países da América Latina podem ocupar nesta ordem mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema capitalista. Imperialismo. Estruturas sociais.

Introdução

Este artigo tem o intuito de apresentar e discutir qual o tipo e a qualidade das relações existentes entre o mundo e a sociedade, a ordem mundial e as estruturas sociais do século XXI. Neste contexto, vamos examinar a atual condição do sistema capitalista e o papel que um “novo imperialismo” pode estar desempenhando. As discussões aqui apresentadas giram em torno, principalmente, da posição e da função de países como os Estados Unidos da América (EUA) frente a uma nova ordem mundial que possa vir a prevalecer no século XXI. Nesse mesmo panorama, também será estudado qual o lugar dos países da América Latina.

Pax Americana

Para alguns autores, a idéia de um “novo imperialismo” já está em ação, mas este requer um reconhecimento mais explícito e um compromisso mais firme, caso deseje estabelecer a *Pax* e proporcionar ao mundo os mesmos benefícios que outros

¹ Doutoranda em Ciências Sociais – Bolsista Cnpq. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas – SP – Brasil. 13081-970 – l Stefanoniferreira@yahoo.com.br

Impérios garantiram (HARVEY, 2004). Neste sentido, uma prospectiva adequada em relação à posição dos Estados Unidos no século XXI e às condições para que ele possa vir a estabelecer uma *Pax Americana* deve primeiro partir do entendimento dos processos histórico-sociais de nações consideradas Impérios na História Mundial. Existiram tipos diferentes de Impérios, cada qual com suas peculiaridades, mas tomaremos, como exemplo, as condições que fizeram de Roma um dos maiores poderios já existentes.

Ao analisar a formação do Império Romano, desde seu início, percebemos que a importância da Cidade-Estado resultou de uma combinação de circunstâncias acidentais com efeitos dinâmicos de sua estrutura de classe, além da contribuição civilizatória de outros povos, como os etruscos.

Condições geotopográficas favoráveis contribuíram para o crescimento relativamente rápido de Roma, fato que levou à formação de uma Cidade-Estado incipiente e a uma estrutura de classe caracterizada pelo domínio do estrato patrício sobre o plebeu. Isto gerou a seguinte situação: para se manter e preservar seus privilégios, os patrícios desenvolveram uma excepcional capacidade de liderança, gerando um “ethos” nesta classe, baseado em rigorosa autodisciplina, resistência pessoal, coragem militar e orientado por um ousado pragmatismo racional (JAGUARIBE, 2001). Os plebeus, por sua vez, exerciam uma pressão contínua sobre os patrícios, tentando melhorar sua sorte e alcançar igualdade política e social.

O contato com outros povos, principalmente com os gregos, gerou nos romanos um processo de helenização e de maturidade, assim como as sucessivas guerras desenvolveram na população o sentimento patriota e a capacidade de resistência (JAGUARIBE 2001). Em vista de tais aspectos, o desenvolvimento do Império Romano foi um processo que contou com diversos fatores, entre eles: Fator Militar: o primeiro exército romano era formado basicamente por cidadãos; o segundo pela população, mediante inscrição voluntária, e o terceiro exército pela hereditariedade e pelo recrutamento voluntário ou compulsório de bárbaros. A devoção cívica do primeiro exército e o profissionalismo do segundo foram responsáveis pela conquista e sustentação do Império. *Pax Romana*: as províncias romanas eram administradas dentro de um sistema jurídico legal idêntico ao de Roma, no qual os direitos dos cidadãos eram preservados. Assim, a manutenção dos povos conquistados dependia, na verdade, das vantagens que haveria para estes em pertencer à égide romana, além da cidadania plena, romanização cultural e social, ou seja, era um cálculo de custo- benefício que envolvia proteção militar, paz interna e manutenção da lei e da ordem.

Comunidade Cultural: a tolerância à diversidade religiosa e cultural, desde que os objetivos romanos fossem respeitados, gerou um Império multicultural e multiétnico, unido pela lei e pela civilização romana.

E quanto a *Pax Americana*? Ela será possível? Um estudo sobre a formação do “Império Norte- Americano” neste século parte da apreensão dos eventos que ocorreram no mundo desde os meados do século XX, que foram fortemente marcados por um modelo capitalista ocidental (EUA) e um modelo socialista (URSS). Com a queda da União Soviética passa a predominar o modelo capitalista ocidental.

A análise dos processos históricos mundiais nos permite dizer que, para cada período, existem sociedades predominantes que desencadeiam certos modelos a serem seguidos. No mundo de hoje temos uma extraordinária diversidade de sociedades. De certo ângulo de classificação, encontramos sociedades modernas, tradicionais e também aquelas consideradas primitivas (JAGUARIBE, 1999). Por outro lado, em relação às culturas organizatórias, temos grandes complexos culturais, como o Ocidental, o Islâmico e o Chinês, por exemplo. Encontramos também a polaridade entre as sociedades desenvolvidas e as subdesenvolvidas.

Todas essas classificações conduzem à existência de certas sociedades que constituem os países centrais (Europa, EUA, América Latina, por exemplo). Tais sociedades são marcadas por características decisivas: são todas de massa, democráticas de massa, ou autoritárias de massa, como também sociedades de consumo e totalmente de consumo no mundo ocidental (JAGUARIBE, 1999).

As sociedades consumistas de massa são marcadas por crescentes formas de hipertrofia do consumo e suas identidades construídas através de um desejo “capitalístico” (FERRO, 1996), no qual perdeu-se a convicção, em termos racionais, na existência do absoluto divino.

A desvalorização das ideologias que marcaram os grandes conflitos, como a esperança do socialismo, e outras tantas ideologias foram corroídas. A corrosão destes valores nos conduz a um crescente consumismo, eleito como a finalidade última do homem. Assim, ao ser humano é dado um certo espaço de vida, curto, para o consumismo dos tempos atuais, pois o que importa é atingir máximo de conforto e de gozo material (JAGUARIBE, 1999). Ao voltarmos à discussão anterior sobre os processos históricos mundiais, é necessário entender que, com o fim da União Soviética, permaneceu apenas uma super potência, os EUA. Neste contexto, o “Imperialismo Norte- Americano” oscilou, em meio a instabilidades, entre uma concepção vaga do Império a outra (HARVEY, 2004). Os próprios norte-americanos preferem não conceber seu país como um Império, mas que outro nome poderíamos dar ao montante de soldados, de agentes secretos e de forças especiais norte- americanas espalhados pelo mundo?

O Império Americano real foi concretizado não num ataque de inconsciência, mas num estado de negação: não se deveria chamar as ações imperiais dos Estados Unidos por este nome, nem se permitiria que tivessem ramificações quanto à situação doméstica. Foi isso que produziu um império leve e não um império de compromisso sólido e de longo prazo. (HARVEY, 2004, p.15).

Seria possível, então, a *Pax Americana* no século XXI? Qual seria seu significado? A *Pax Americana* compreenderia a continuação, o aprofundamento, a consolidação e a generalização de um processo em virtude do qual os EUA, combinando sua capacidade militar com sua enorme predominância econômico-tecnológica, tornar-se-ia hegemônico² mundialmente.

É importante lembrar, como salienta Harvey (2004), que a palavra imperialismo tem sentidos tão diferentes que seu uso é difícil sem que sobre ela haja uma explicação. Assim, Harvey (2004, p.31) escreve:

Defino a variedade chamada de imperialismo capitalista como uma fusão contraditória ente a política do Estado e a do império (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo (o imperialismo como processo político e econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia).

É importante salientar que as lógicas do poder territorial e capitalista diferem entre si. No entanto, é igualmente inegável que tais lógicas se imbricam de formas complexas e, por vezes, contraditórias. De certa forma, a literatura sobre o imperialismo e o Império supõe, com frequência, um fácil acordo entre os dois tipos de lógicas: “[...] que os processos políticos e econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas [...]” (HARVEY, 2004, p.34).

A relação entre as duas lógicas deveria ser vista como problemática e, às vezes, dialética, ao invés de cooperativa ou unilateral, pois a visão dialética nos fornece

² Segundo Harvey (2004), o próprio uso que Gramsci fez do conceito hegemonia era suficientemente ambíguo, o que dava margem a múltiplas interpretações. O termo se refere, por vezes, ao poder político exercido mediante a liderança e o consentimento dos liderados, em oposição ao poder político exercido na forma de domínio via coerção. Em outras ocasiões, hegemonia parece referir-se à combinação específica de coerção e consentimento inerentes ao exercício do poder político (HARVEY, 2004). Interpretamos o termo hegemonia aqui no primeiro sentido.

respaldo para uma análise do imperialismo capitalista em termos da interseção dessas duas lógicas diferentes, porém interligadas. A dificuldade em se fazer uma análise concreta está em se manter os dois lados dessa dialética, sem cair na argumentação puramente política ou predominantemente econômica.

Neste contexto, no qual as duas lógicas estão imbricadas, a formação do “Império Norte-Americano” seria facilitada pelo processo de internacionalização do capital e os norte-americanos mostram-se bons nisso. Mas esta propensão à formação de um “Império Norte-Americano”, baseada na superioridade militar, tecnológica e econômica, encontra resistências.

Segundo a visão de Huntington (apud AYERBE, 2003), a postura dos EUA frente a outros países nos séculos XX e XXI apresenta-se como um empecilho, uma vez que exacerba tensões quando coloca sua cultura como um princípio universal que deve ser espalhado pelo mundo. Ao criar *rankings* mundiais, por exemplo, os EUA impõem suas ideologias e sua cultura e, a partir delas, categorizam outros países. Tal categorização faz com que estes países possam sofrer sanções quando mal classificados dentro destes *rankings*. Desta forma, os EUA tentam pregar ao mundo a sua maneira de vida, dando a entender que esta seria a mais adequada, porém tal pretensão pode gerar (pode gerar ou gera?) problemas, como conflitos sistêmicos, derivados da política imperialista, com outros países.

Para Jaguaribe (1999), há também outros aspectos de resistência enfrentados pelos EUA para estabelecer a *Pax Americana*. O primeiro é o de que os cidadãos norte-americanos não estão preparados, nem dispostos, a pagar um preço significativo, em termos econômicos e/ou de sacrifícios pessoais, para motivar a construção do “Império Norte-Americano”. O segundo aspecto refere-se ao fato de que haverá, quando o processo de um possível imperialismo norte-americano se tornar mais efetivo, uma crescente incompatibilidade entre a discussão livre e as necessidades da razão de Estado, ditadas pelo Império, ou seja, a História nos mostra que os Impérios se construíram tendo como condição primordial a formação de um núcleo autoritário de poder.

No caso dos EUA, não podemos deixar de reconhecer que a consolidação e a administração eficaz de um “Império Norte-Americano” confrontam-se com a preservação da idéia de democracia incutida nos cidadãos do país. Os Estados Unidos formam uma sociedade imigrante extraordinariamente multicultural movida por um inflexível individualismo competitivo, que revoluciona de modo perpétuo a vida econômica, política e social (HARVEY, 2004).

Os estudos de Jaguaribe (2005) e Huntington (apud AYERBE, 2003) possuem certa semelhança no que diz respeito às resistências externas de outros países em permitir que os EUA instaurem a *Pax Americana*, principalmente em relação à

“aceitação” do modo de vida americano por estes países. Jaguaribe ainda acrescenta que o “Império Norte-Americano”, ao contrário, por exemplo, do Império Romano, não é desejado por outros países, uma vez que não tem o significado de paz e de tranquilidade.

O “Império Norte-Americano” acarreta, não deliberadamente, efeitos negativos para a grande massa da “província” conquistada, pois gera desemprego, concentração de renda, eliminação da indústria local e substituição pela indústria norte-americana. Os EUA, ao invés de otimizar seu poder através da agregação de novas províncias, como fazia Roma, “optiliza” estes novos territórios. Ao utilizar-se de práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, os EUA dedicam-se à exploração das condições geográficas desiguais nas quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se daquilo que Harvey (2004) chama de “as assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca.

Tais assimetrias expressam-se em trocas desleais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas a fluxos de capital restritos e na extração de renda monopolista. Nesse âmbito, a condição de igualdade, costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito, é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica, na qual a riqueza e o bem-estar dos territórios particulares aumentam às custas de outros territórios (HARVEY, 2004). Assim, do ponto de vista da acumulação do capital, a política imperialista envolve a manutenção e a exploração de quaisquer vantagens em termos de dotação de recursos e de assimetrias que se possa adquirir mediante o poder do Estado.

Assim, a avaliação que podemos fazer da atual sociedade é que, ao que parece, temos uma ordem mundial em que prevalece um imperialismo, do tipo capitalista, e no qual os EUA estão inseridos. O imperialismo capitalista distingue-se de outra concepção de Império porque nele predomina tipicamente a lógica do capital, embora, em alguns momentos, a lógica territorial também aflore.

Outro fator relevante a ser citado em relação à nova ordem mundial é que existem países que apresentam condições de desenvolvimento futuro extremamente importantes, como a China, que provavelmente será uma super potência na segunda metade do século XXI, como a Rússia, cuja recuperação inevitável tornará possível a (re)criação de uma grande potência dentro de alguns anos, e até mesmo a Índia, que se desenvolve economicamente de uma forma considerável. Isso demonstra que há um grupo de países com capacidade de resistir à completa absorção pelo “Império Norte-Americano”. Assim, caso a *Pax Americana* venha a se formar, certamente não será ecumênica, pois alguns países terão um equilíbrio econômico, tecnológico e militar semelhante ao dos EUA.

Países da América Latina

Há dois lados da divisão internacional do trabalho: um em que alguns países se especializaram em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, hoje chamada de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento aqui estiveram..., a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço da necessidade alheia, como fonte e reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados a países ricos que ganham consumindo-os muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os. (GALEANO, 1981, p.13).

Para iniciarmos nossas discussões a respeito da América Latina, precisamos entender os processos sociais, culturais e civilizatórios pelos quais este território passou desde o seu descobrimento. Em sua obra, *História das colonizações*, Marc Ferro (1996) demonstra como as terras latino-americanas foram importantíssimas e estiveram intrinsecamente ligadas no período dos grandes descobrimentos, o que, de certa forma, permanece até os dias atuais. O autor questiona o significado de palavras como colonizar/dominar/domesticar e também como a América Latina foi colocada/usada, a partir do projeto de suas nações colonizadoras, afinal, “é o colonizador que diz ao colonizado quem ele é” (FERRO, 1996, p.18). O modo de produção e a estrutura de classes da América Latina têm sido sucessivamente determinados de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo, conforme afirma Galeano (1981).

A idéia de conquistar e colonizar expõe a vontade destas nações de dominar as outras, adquirir territórios e espalhar sua cultura. Intrinsecamente ligadas a este processo, temos as nações que, por hora, são consideradas “Impérios” e que usam do processo de colonização para propagar sua cultura e se fortalecer. “A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas.” (GALEANO, 1981, p.15).

Na visão de Marc Ferro (1996), a colonização estaria mais associada ao fato de se tomar posse de um território através do trabalho e do cultivo; já o imperialismo diz respeito a uma forma de governo, a uma política de expansão de mercado. Desta forma, o colonialismo seria a bandeira e o imperialismo, o mercado. Este último tipo de imperialismo assemelha-se às definições de Harvey (2004), já citadas como práticas imperialistas do ponto de vista da lógica capitalista.

Na verdade, tanto o colonialismo quanto o imperialismo são processos de dominação que apresentam as mesmas fases. A esse respeito, podemos afirmar que, na época do imperialismo europeu, existiram comportamentos que repercutiram nas grandes conquistas coloniais, tendo em vista que civilizar, colonizar, erradicar uma cultura e expandir são as primeiras molas reais do capitalismo (FERRO, 1996).

Para Marc Ferro (1996, p.32), a colonização significaria o potencial de reprodução de um povo por todos os espaços, como o próprio autor coloca: “levar a bandeira de um povo e o imperialismo, mesmo que tenha meios ideológicos, não deixa de apoiar-se em objetos materiais.”

O imperialismo estaria voltado mais para os interesses econômicos e, apesar de já pré-existir, é certo, ao capitalismo, acabou por coexistir, como demonstra a história, com a evolução do capitalismo. Ao tentar explicar melhor a relação entre imperialismo e colonialismo, Marc Ferro (1996) faz a seguinte afirmação a respeito destes conceitos:

O imperialismo do final do século XIX e o imperialismo do século XX diferem, ao mesmo tempo, do espírito de conquista ou de dominação das épocas anteriores e da expansão colonial dos séculos precedentes... esse imperialismo está mais ligado do que os outros ao capital financeiro e a colonização ou a conquista não constituem as únicas expressões de sua existência. Mas é claro que a colonização e a conquista de territórios também podem ser imperialistas. (FERRO, 1996, p.37).

É a partir desta citação de Marc Ferro (1996) que devemos pensar a América Latina em seu contexto atual: como um território que passou por processos de colonização, descolonização e neocolonialismo, vivendo hoje sob o signo do imperialismo capitalista, ou seja, sob o signo de uma prática financeira e comercial que assegura a dominação destes povos.

Podemos afirmar que as nações latino-americanas tiveram processos de colonização/independência semelhantes. Porém, suas independências não trouxeram mudanças significativas para estes países, uma vez que continuaram “dependentes”. Ao olharmos o quadro da América Latina, vemos um sistema capitalista de longa duração e também uma mentalidade subserviente por parte da população, que nunca teve altivez e autoridade, pois nasceu inferiorizada pelos países do Norte e por suas instituições financeiras.

Os países do Norte nos venderam a “ideologia” de um sistema que deu certo, uma vez que os enriqueceu e, assim, incentivaram os países do Terceiro Mundo, principalmente a partir do século XX, a contrair empréstimos de suas instituições financeiras. Desta forma, começamos a construir nossa dívida externa, mas pensando

que este dinheiro emprestado seria usado para a implementação do nosso crescimento econômico sustentável. A dívida externa dos países de Terceiro Mundo baseou-se em um discurso de que era preciso assumir a dívida para gerar desenvolvimento. O discurso era o de que o dinheiro da dívida serviria para o nosso desenvolvimento, o que não ocorreu (TOUSSAINT, 2001). Além disto, o uso dos recursos não chegou a quem realmente deveria .

No caso do Brasil, por exemplo, o ingresso, em grandes quantidades, de capital estrangeiro destinado às manufaturas começou nos anos 50 e recebeu um forte impulso do Plano de Metas (1957-1961) criado no governo de Juscelino Kubitschek. Aqueles foram momentos de euforia do crescimento: construíam-se estradas, criavam-se represas, fábricas de automóveis; a indústria acelerava-se em grande ritmo. O “salto” do desenvolvimento financiava-se com a inflação e com a pesada dívida externa, que seria descarregada sobre os governos seguintes (GALEANO, 1981).

O crescimento fabril, na maioria dos países latino-americanos, foi incentivado externamente, ou seja, não foi gerado por uma política planejada em direção ao desenvolvimento destas nações e tampouco coroou a maturação de forças produtivas internas. A indústria na América Latina nasceu financiada pelo capital estrangeiro (GALEANO, 1981).

Nesse contexto, os EUA tiveram um papel fundamental, pois usaram seu poder para proteger regimes que fossem favoráveis aos seus interesses. Amparados pela concepção de “mundo livre”, na qual prevalecia a noção do neoliberalismo, iniciado em meados do século XX, os EUA buscaram construir uma ordem internacional aberta ao comércio e ao desenvolvimento econômico, bem como à rápida acumulação do capital .

Um grande exemplo de construção neoliberal de um Estado ocorreu com o Chile. Depois do violento golpe de Pinochet, com apoio norte-americano, contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende, economistas neoliberais americanos ajudaram a construir a economia chilena de acordo com os princípios de livre comércio e livre mercado, totalmente privatizados e desregulados (GALEANO, 1981).

Relações privilegiadas de comércio, clientelismo, patronato e coerção encoberta foram alguns dos principais meios de controle norte-americanos sobre os países do Sul. Funcionando como uma “máquina” de acumulação de capital, capaz de arrastar o mundo em seus trilhos, os EUA promoveram uma época de notável crescimento econômico na maioria dos países da América Latina; todavia, quando questões democráticas chocavam-se com propostas de ordem e de estabilidade nestes países, os EUA optavam pelas últimas, o que os levou a passar da posição

de patronos dos movimentos de libertação nacional para a de opressores de todo movimento democrático ou populista que buscasse uma alternativa não capitalista (HARVEY, 2004).

Assim, após passarmos por todos esses processos de colonização, descolonização e neocolonialismo, os quais fazem parte de nossa história, encontramos-nos atualmente em meio a um sistema monetário desmaterializado, no qual o capital financeiro encontra-se no centro, o que força nossa abertura à absorção dos mercados internacionais. Os países da América Latina adquiriram empréstimos externos com o intuito de administrarem melhor a si próprios, mas isto não ocorreu e nem irá, visto que, devido ao processo de industrialização e internacionalização do capital, não temos mais as nossas empresas, muito menos o controle estatal e hoje, o Estado dos países de Terceiro Mundo está subjugado às decisões de organizações financeiras mundiais.

Organizações financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, exercem pressões cada vez mais intensas para que os países da América Latina remodelem suas economias e suas finanças em função do pagamento da dívida externa. O cumprimento dos compromissos contraídos, chave de boa conduta internacional, apresenta-se como uma meta cada vez mais difícil de ser alcançada e ao mesmo tempo mais imperiosa.

Devido à dificuldade para pagar as dívidas, os empréstimos aumentam e, em conseqüência, crescem os pagamentos de amortizações, juros, dividendos e outros serviços. As novas injeções de capital estrangeiro geram novos compromissos e, assim, sucessivas dívidas. A idéia de que, ao contrair financiamento externo, os países latino-americanos estariam incentivando seu crescimento econômico foi enganosa. Ao que parece, o subdesenvolvimento ao qual fomos submetidos não se apresenta como uma etapa para o desenvolvimento e, sim, como uma contrapartida do desenvolvimento alheio.

Segundo Toussaint (2001), se analisarmos o quanto a América Latina já pagou com serviço de sua dívida, chegaremos à conclusão de que, na verdade, as dívidas externas foram pagas, porém, o que ocorre é um endividamento cada vez maior, apesar do pagamento de enormes montantes. Isso se deve a uma troca desigual, tanto econômica quanto social, entre os países de Primeiro Mundo e os países de Terceiro Mundo. De acordo com Toussaint (2001, p.274), para se mudar o contexto seria preciso que:

[...] os países endividados fossem levados por uma pressão cidadã a adotar uma postura firme e duradoura, combinada com reformas econômicas que favorecessem uma repartição progressiva da renda nacional, por meio de uma política fiscal redistributiva, que organizasse a volta ao domínio público das empresas

privatizadas e favorecesse acordos Sul-Sul, mais que a relação comercial com os países do Norte.

Hirst e Thompson (1998) afirmam que a globalização, em seu sentido radical, deveria ser considerada como o desenvolvimento de uma nova estrutura econômica e não somente como uma mudança conjuntural, voltada para um maior comércio e investimentos internacionais, dentro de um conjunto existente de relações econômicas. Dado isto, a globalização parece mais um mito conveniente a um mundo sem ilusões. Existem, na verdade, alguns mercados dominantes, nos quais os países da América Latina não estão inseridos. E os países inseridos, ao que parece, não enfrentam ameaça alguma de um projeto político contrário viável.

Nesse contexto, parece plausível a idéia de Toussaint (2001), a qual aponta para o fortalecimento dos Estados Nacionais e para a construção de alianças com países que estão nas mesmas condições. Para Fonseca (2004), tais alianças entre países são aconselháveis, pois entre estes não haverá tanta competição. Estas poderiam ser alianças tanto entre países latino-americanos quanto africanos, por exemplo.

Toussaint (2001) afirma que, na realidade, a situação atual dos países de Terceiro Mundo é uma consequência dos processos iniciados no século XV (colonização). Fonseca (2004) acrescenta ainda que estes países não saíram da colonização e, praticamente, já entraram na neocolonização, não havendo, portanto, separação entre estes processos.

Por isso, a necessidade de se fortalecerem os Estados Nacionais e de se fazerem parcerias “Sul-Sul” torna-se de extrema importância, pois estas incentivariam pontos de infra-estrutura bilaterais, que desenvolveriam melhorias para todos os territórios envolvidos. Seriam parcerias entre países que se encontram na mesma condição social, política, econômica, histórica e cultural. Somente estas parcerias poderiam proporcionar um novo lugar para os países da América Latina dentro do contexto mundial.

Considerações Finais: *Pax Americana* e o Sistema Imperialista do Capital

O fim da União Soviética provocou importantes debates em relação à política externa norte americana e o principal deles foi o fato de que, tendo a ameaça do comunismo desaparecido, seria mais difícil definir e manter o papel dos EUA, o que, na verdade, acabou por não se concretizar, já que, a queda da URSS não apenas significou o fim do modelo socialista, mas também o reconhecimento da “superioridade” do modelo ocidental capitalista (JAGUARIBE, 2005).

A maioria dos países, atualmente, segue os modelos econômicos, sociais e políticos pregados pelo capitalismo ocidental (DEMANT, 2005; MARTINS, 2005), o que significou um avanço triunfal da idéia de democracia liberal, do capitalismo de mercado e dos valores da civilização ocidental. Dado isto, não há dúvida de que a emulação tem tido um papel importante nas questões mundiais, pois boa parte do mundo foi levada a embarcar no modo de vida americanizado e, neste contexto, deve-se reconhecer a hegemonia política, militar e econômica dos EUA. Mas a *Pax Americana* é possível no século XXI?

Pois bem, podemos dizer que os EUA são um Império, na medida em que propagam sua cultura, suas idéias políticas e suas representações de mundo. Os EUA são hegemônicos em relação aos outros países quando comparados os seus poderes econômicos, políticos e, principalmente, militares. Podemos dizer também que, sob a égide do governo Bush, a lógica territorial do imperialismo norte-americano tornou-se mais evidente.

Ser hegemônico, na atual conjuntura mundial, não interessa apenas aos EUA, interessa também aos demais países que seguem o modelo do capitalismo ocidental. O que está em jogo, na verdade, é o próprio sistema capitalista e todos os demais fatores e países que dependem deste livre mercado para se sustentar. Neste âmbito, os EUA vêm exercendo, inegavelmente, a liderança sobre a parte do mundo dedicada à acumulação do capital.

No atual contexto econômico, podemos falar de um imperialismo do tipo capitalista, o qual surge de uma relação dialética entre as lógicas territoriais e capitalistas de poder. Por mais que estas duas lógicas sejam distintas, elas também estão estreitamente entrelaçadas. Harvey (2004, p.79) afirma que: “[...] a lógica capitalista do imperialismo tem de ser entendida, contra este pano de fundo de buscar ordenações espaço-temporais, o capital circula no espaço e no tempo para criar sua própria geografia histórica peculiar.” O que estamos vivendo é um novo momento no qual o capital busca abrir novas áreas de investimento, assim, ele se reorganiza por meio da espoliação para garantir sua sobrevivência e, na atual conjuntura, ao que parece, os EUA representariam a liderança desta estrutura política do imperialismo do tipo capitalista, que tem a função de organizar as relações mundiais.

Os EUA, então, podem ser considerados “funcionais” por espalharem sua política que, aos olhos da ordem capitalista, é a mais adequada ao sistema. Desta forma, podemos entender o mundo atual do ponto de vista do sistema de dominação do capital e, a partir desse momento, questionar qual é a importância dos EUA, uma vez que este é o único país que assume uma postura de ordem militar, pois seu interesse em submeter o mundo ao seu modelo de política vai além dos fatores internos e alcança patamares internacionais. O sistema capitalista vigente utiliza-se

desta “ordem” e isto implica precisar de um país que assuma a organização do mundo de acordo com os interesses do capital.

A compreensão das relações existentes entre o mundo e a sociedade, a ordem mundial e as estruturas sociais do século XXI depende de vários fatores e interpretações, ou seja,, o mundo consegue ter paz e harmonia quando há um conjunto de interesses globais congruentes. Na atual conjuntura, os EUA fazem o papel de interventor e de regulador da interdependência entre os países na ordem mundial vigente. Logo, ele não está sozinho e, por isso, não há o interesse em que os EUA deixem de exercer seu papel, uma vez que a maioria dos países segue esta ordem.

Portanto, os EUA podem ser considerados um Império, porém somente a partir de interesses mais amplos, os quais apontam para uma estrutura econômica imperialista, a mesma que garante a expansão do capitalismo e que tem naquele país o expoente da ordem mundial vigente. Isto significa afirmar que os EUA representam a consolidação de uma ordem capitalista mundial, dentro da qual a maioria dos países compartilha das mesmas idéias.

Nessa conjuntura, a alternativa para os países da América Latina sobreviverem e ocuparem um lugar mais efetivo está , como já foi dito, nas alianças e nas políticas de parceria Sul-Sul, pois estas incentivariam pontos de infra-estrutura bilaterais, que trariam melhorias para os territórios aliados, uma vez que seriam parcerias entre países que se encontram na mesma condição social, política, econômica, histórica e cultural.

THE EMPIRE AND THE IMPERIALIST CAPITAL SYSTEM

ABSTRACT: *This article aims to discuss in which sense and quality of the existing relations in the world order and the social structures that portray the XXI century. In this context, we examine the current condition of the capitalist system and the role which a “new imperialism” can be playing; we also analyze the position and the function of the countries considered as “first world” as well as the place taken by the Latin American countries in the world order from that century.*

KEYWORDS: *Capitalist system. Imperialism. Social structures.*

REFERÊNCIAS

- AYERBE, L. El (nuevo) imperialismo norte americano. **Casa de las Américas**, La Habana, n.232, p.23-39, 2003.
- DEMANAT, P. A ação norte-americana e a complexidade do oriente médio. **Política Externa**, São Paulo, v.13, n.4, p.49-61, abr./maio, 2005.
- FERRO, M. **História das colonizações**: das conquistas às independências – sécs. XIII-XXX. Lisboa: Estampa, 1996.
- FONSECA, D. J. Brasil-África: cultura, política e projetos para o futuro. **Caderno do CEAS**, Salvador, edição 212, p.24-40. jul./ago.2004.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- JAGUARIBE, H. O segundo Mandato. **Política Externa**, São Paulo, v.13, n.4, p.62-76, abr./maio, 2005.
- _____. **Um estudo crítico da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Um exercício de prospectiva**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/administracao/reitoria/lef/palestra_helio.php>. Acesso em: 20 set. 2006.
- MARTINS, L. As eleições nos EUA: implicações e ameaças. **Política Externa**, São Paulo, v.13, n.4, p.11-22, abr./maio, 2005.
- TOUSSAINT, E. **A bolsa ou a vida**: a dívida externa do terceiro mundo – as finanças contra os povos. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.